

Entrincheiramento cognitivo na era da pós-verdade:

mecanismos psicológicos de manutenção da desinformação

Fábio Luiz Nunes¹

Resumo

O presente texto consiste em uma resenha da obra *Persistence of misinformation: biased cognitive processing and polarization* (Zhou; Shen, 2025). Posicionando o livro no contexto da desinformação como um risco global proeminente, a resenha resume e avalia seus argumentos centrais. O foco recai sobre a ideia-chave da obra, segundo a qual a resiliência de conteúdos falsos pode ser compreendida como uma manifestação específica do processamento enviesado de mensagens contra-atitudeis, que desafiam crenças preexistentes. A resenha elucida como os autores fundamentam essa premissa ao colocarem em articulação três arcabouços teóricos da psicologia social: a teoria do julgamento social, a teoria da dissonância cognitiva e o processamento motivado da informação. Além disso, são abordados o fenômeno da polarização de atitudes e a principal estratégia de mitigação proposta: a inoculação psicológica. Considera-se que o mérito do livro é a construção de um arcabouço explicativo coerente. Contudo, aponta-se que o foco acentuado nos processos cognitivos individuais não incorpora plenamente as dimensões sociais e interpessoais da polarização, como as dinâmicas de deliberação em grupo e a identidade social.

Palavras-chave

desinformação; viés cognitivo da informação; psicologia da comunicação.

¹Mestre e doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Psicólogo pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (CMMG). Servidor no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). E-mail: fabio.nunes.fln@cefetmg.br.

Cognitive entrenchment in the post-truth era:

psychological mechanisms of disinformation maintenance

Fábio Luiz Nunes¹

Abstract

This review of *Persistence of misinformation: biased cognitive processing and polarization* (Zhou; Shen, 2025) summarizes and evaluates its central arguments, positioning the book within misinformation as a prominent global risk. The focus lies on the work's key idea: that the resilience of false content is a specific manifestation of the biased processing of counter-attitudinal messages that challenge preexisting beliefs. The review elucidates how the authors substantiate this premise by articulating three major theoretical frameworks from social psychology: social judgment theory, cognitive dissonance theory, and motivated information processing. Furthermore, it addresses the phenomenon of attitude polarization and the main proposed mitigation strategy: psychological inoculation. The book's primary merit is constructing a coherent explanatory framework. However, a limitation is its pronounced focus on individual cognitive processes, neglecting social and interpersonal dimensions of polarization, like group deliberation dynamics and social identity.

Keywords

disinformation; cognitive bias; communication psychology.

¹Mestre e doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Psicólogo pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (CMMG). Servidor no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). E-mail: fabio.nunes.fln@cefetmg.br.

Atrincheramiento cognitivo en la era de la posverdad:

mecanismos psicológicos de mantenimiento de la desinformación

Fábio Luiz Nunes¹

Resumen

El presente texto consiste en una reseña de la obra *Persistence of misinformation: biased cognitive processing and polarization* (Zhou y Shen, 2025). Situando el libro en el contexto de la desinformación como un riesgo global prominente, la reseña resume y evalúa sus argumentos centrales. El enfoque recae en la idea clave de la obra, según la cual la resiliencia de los contenidos falsos puede entenderse como una manifestación específica del procesamiento sesgado de mensajes contra-actitudinales, los cuales desafían creencias preexistentes. La reseña elucida cómo los autores fundamentan esta premisa al articular tres marcos teóricos de la psicología social: la teoría del juicio social, la teoría de la disonancia cognitiva y el procesamiento motivado de la información. Además, se abordan el fenómeno de la polarización de actitudes y la principal estrategia de mitigación propuesta: la inoculación psicológica. Se considera que el mérito del libro radica en la construcción de un marco explicativo coherente. Sin embargo, se señala que el marcado enfoque en los procesos cognitivos individuales no incorpora plenamente las dimensiones sociales e interpersonales de la polarización, tales como las dinámicas de deliberación grupal y la identidad social.

Palabras clave

desinformación; sesgo cognitivo de la información; psicología de la comunicación.

¹ Mestre e doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Psicólogo pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (CMMG). Servidor no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). E-mail: fabio.nunes.fln@cefetmg.br.

A disseminação de informações falsas foi classificada, pelo segundo ano consecutivo, como o principal risco global de curto prazo, e levantamentos indicam que mais da metade dos inquiridos em 47 países se declaram preocupados com a capacidade de distinguir notícias verdadeiras de espúrias no ambiente digital (Newman *et al.*, 2025; World Economic Forum, 2025). Nesse ambiente de risco acentuado, ganham particular relevância investigações acadêmicas que se dedicam a compreender os mecanismos subjacentes à aceitação e à retenção de conteúdos informacionais imprecisos. *Persistence of misinformation: biased cognitive processing and polarization*, publicado em 2025 pela Cambridge University Press e ainda sem tradução para a língua portuguesa, localiza-se nesse campo de estudo. O volume integra a série *Cambridge elements*, que reúne compêndios concisos sobre temas contemporâneos em áreas específicas do conhecimento; nesse caso, a comunicação em saúde.

O livro é de autoria de Yanmengqian Zhou e Lijiang Shen, pesquisadores de nacionalidade chinesa com trajetórias acadêmicas consolidadas em instituições estadunidenses. Yanmengqian Zhou é professora assistente no Departamento de Comunicação da University at Buffalo. Sua formação inclui doutorado pela Pennsylvania State University, mestrado pela Chinese University of Hong Kong e bacharelado pela Shanghai International Studies University. Seus trabalhos de pesquisa concentram-se na comunicação em saúde e risco, na influência social e nos processos cognitivos associados à recepção de informações conflitantes e falsas. Lijiang Shen é professor titular no Departamento de artes e ciências da Comunicação da Pennsylvania State University. Obteve seu doutorado na University of Wisconsin-Madison, após concluir o mestrado e o bacharelado na Peking University, na China. A produção científica de Shen é voltada ao estudo dos efeitos de mensagens persuasivas, aos processos de cognição e afeto na comunicação em saúde e aos mecanismos de resistência à persuasão.

O trabalho de Zhou e Shen (2025) define como objeto de estudo a refratariedade de alegações factualmente incorretas, mesmo diante de esforços corretivos sistemáticos e da ampla disseminação de retratações. A introdução do livro utiliza como exemplo paradigmático a associação fraudulenta entre a vacina tríplice viral (MMR) e o autismo [1]. Essa alegação, originada em 1998, mantém uma influência mensurável sobre as taxas de hesitação vacinal décadas após a retratação formal do artigo e a subsequente cassação do registro médico do seu autor.

Partindo dessa premissa, os autores postulam que a persistência da informação falsa, resultante de uma resistência ativa à sua correção, deve ser compreendida como um caso específico de processamento cognitivo enviesado de mensagens que são percebidas como *contra-atitudinais* [2]. Essa formulação reposiciona o eixo de análise: o problema central já não é a ausência de informação correta, um cenário de simples ignorância, mas a recepção da informação correta, um fenômeno de processamento

motivado. Para Zhou e Shen (2025), a falha não residiria na entrega da correção, senão nos mecanismos psicológicos do receptor que ativamente a neutralizam.

Para delimitar seu objeto, Zhou e Shen (2025) adotam uma definição operacional ampla de *misinformation* (informação incorreta), tratando-a como uma informação que é imprecisa ou falsa, ou informação cuja validade não pode ser verificada, seja ou não criada e espalhada com clara intenção de causar dano. Tal definição, como os próprios autores notam, subsume o conceito de *disinformation* (desinformação deliberada) sob um termo genérico. Embora essa escolha seja metodologicamente justificável para seus experimentos, pois o receptor da mensagem raramente possui meios de aferir a intenção original do emissor, ela pode obscurecer distinções analíticas importantes para o diagnóstico ecossistêmico da desordem informacional, como ressaltam Santos-d'Amorim e Miranda (2021).

Um modelo de entendimento mais específico, defendido por essas autoras (Santos-d'Amorim; Miranda, 2021), diferencia os fenômenos com base nos eixos de *veracidade* e *intencionalidade*. Nessa estrutura, *misinformation* (informação incorreta) refere-se a conteúdo falso disseminado sem a intenção de causar dano; *disinformation* (desinformação) é conteúdo falso criado e disseminado com a intenção deliberada de enganar; e *malinformation* (má informação) denota conteúdo baseado na realidade (verdadeiro), utilizado, porém, de forma descontextualizada ou seletiva com a intenção de prejudicar. As observações de Zhou e Shen (2025) focam, portanto, quase exclusivamente nos mecanismos de processamento de conteúdos falsos (*misinformation* e *disinformation*), posicionando o fenômeno do uso hostil da verdade (*malinformation*) de forma marginal em seu escopo investigativo central.

O leitor de Zhou e Shen (2025) é prontamente posto em contato com a base epistemológica dos autores para lidar com o fenômeno da informação fraudulenta: a psicologia cognitiva. Sua tese se ancora em pressupostos como o assinalado por Cook, Ecker e Lewandowsky (2015), segundo os quais dois efeitos centrais desafiam a correção da desinformação: *o efeito da influência contínua*, que descreve como a informação fraudulenta permanece influente na tomada de decisão mesmo após sua correção explícita; e *o efeito backfire*, o processo paradoxal em que a tentativa de refutação acaba por fortalecer a crença original.

Afinal de contas, o trabalho alvo desta recensão pode ser situado como uma extensão contemporânea do debate clássico sobre o efeito da informação fraudulenta (Pickrell; Bernstein; Loftus, 2004). Esse efeito, demonstrado no paradigma experimental em que a sugestão pós-evento de um “sinal de cedência” reduz a precisão da memória para um “sinal de *stop*” originalmente visto, acarretou uma cisão teórica. O debate em questão indaga se a informação fraudulenta (o “sinal de cedência”) apaga ou altera permanentemente o traço de memória original, ou se a memória original (o “sinal de *stop*”) coexiste com a memória falsa, sendo esta última apenas mais acessível ou preferida no momento da recuperação da informação (Pickrell; Bernstein; Loftus,

2004).

Os mecanismos propostos por Zhou e Shen (2025) no capítulo dois, intitulado “The processing of misinformation versus corrective information”, parecem favorecer e explicar essa segunda hipótese. Se as memórias (verdadeira e falsa) coexistem, o processamento motivado para a defesa elucida por que o sujeito seleciona ativamente a memória falsa (a informação fraudulenta) em detrimento da memória original. A persistência da informação falsa não seria, dessa maneira, uma falha passiva de recuperação de memória, já que se trataria de uma escolha cognitiva ativa, motivada pela necessidade de proteger a identidade (Kahan, 2017). O modelo de Zhou e Shen (2025) sugere, nessa direção, uma coexistência competitiva, na qual a motivação determina qual traço de memória é recuperado e relatado.

Anteriormente ao capítulo dois, porém, deve-se destacar a introdução da obra, que coloca a análise psicológica em um contexto mais amplo. A obra de Zhou e Shen (2025) complementa observações sociológicas de uma transição epistemológica (Adams *et al.*, 2023), pela qual a *validação intersubjetiva* (o consenso do grupo de afinidade) obtém precedência sobre os mecanismos tradicionais de *verificação da verdade objetiva*. Trata-se de um ambiente definido por Mello e Martínez-Ávila (2021) e por diversos autores contemporâneos como *pós-verdade*: uma circunstância em que crenças pessoais e apelos emocionais, fundamentados na moralidade ou nos costumes, superam fatos objetivos na formulação da opinião.

Nesse ponto, eclode uma tensão relevante na literatura especializada sobre a etiologia da suscetibilidade à desinformação. De um lado, autores como Mello e Martínez-Ávila (2021) e Zhu *et al.* (2010) propõem o caminho do *déficit cognitivo*. Mello e Martínez-Ávila (2021) aventam uma ligação entre a suscetibilidade e a estagnação nos estágios operatórios-concretos de J. Piaget ou baixa escolaridade, que restringem o desenvolvimento o pensamento abstrato. Essa visão é sustentada por Zhu *et al.* (2010), que encontraram correlações negativas significativas entre a suscetibilidade ao efeito da má informação e resultados de instrumentos psicométricos de inteligência (WAIS, Raven’s APM), memória de trabalho (tarefas 2-back) e capacidade perceptiva (Change Blindness).

Por outro lado, Kahan (2017) argumenta em favor de uma teoria da *cognição motivada*, defendendo o oposto: são os indivíduos com maior proficiência científica e capacidade de raciocínio os mais polarizados em tópicos identitários. Esses sujeitos utilizam ativamente suas habilidades cognitivas superiores não para buscar a acurácia, mas para favorecer suas identidades de grupo. A obra de Zhou e Shen (2025), como o leitor poderá perceber, desenvolve uma ênfase no processamento motivado e na defesa de crenças ligadas a valores, corroborando a segunda hipótese. Para essa perspectiva, a persistência da desinformação em tópicos polarizados, em vez de representar um fracasso da estrutura psicológica dos sujeitos, indica uma aplicação defensiva de sua cognição.

Como já brevemente tratado, o segundo capítulo aponta os fundamentos psicológicos da proposta principal dos autores. A premissa do capítulo é que, para um indivíduo que já internalizou uma informação falsa (por exemplo, a ideia de que vacinas causam autismo), essa informação torna-se congruente com suas atitudes. Consequentemente, as mensagens corretivas (no caso específico, algo como “vacinas são seguras”), que apresentam fatos objetivos, são processadas pelo aparato cognitivo como inerentemente contra-atitudeis. Para explicar a rejeição sistemática dessas mensagens contra-atitudeis, Zhou e Shen (2025) mobilizam três aportes teóricos da psicologia social.

O primeiro arcabouço é a chamada *teoria do julgamento social*. Essa perspectiva enuncia que o efeito de uma mensagem persuasiva depende da avaliação subjetiva que o receptor faz da posição da mensagem em relação à sua própria posição (a *âncora*). As mensagens são mentalmente categorizadas em latitudes: a *latitude de aceitação* (ideias palatáveis), a *latitude de rejeição* (ideias inaceitáveis) e a *latitude de não comprometimento*. Zhou e Shen (2025) aplicam esse modelo sustentando que as mensagens corretivas, por serem factualmente opostas à crença internalizada, localizam-se diretamente na latitude de rejeição do indivíduo. Trata-se de um efeito que é exacerbado pelo alto envolvimento pessoal que tópicos polarizados engendram. O alto envolvimento expande a latitude de rejeição e diminui as latitudes de aceitação e de não comprometimento. Como resultado disso, a mensagem corretiva sofre um “efeito de contraste”: ela é percebida de forma ainda mais distante, extrema e hostil do que realmente é, levando a sua desqualificação imediata. Esse mecanismo explicitado pelos autores oferece uma explicação direta para o efeito *backfire*, já que a correção, ao ser percebida como um ataque extremo, reforça a âncora original (Cook; Ecker; Lewandowsky, 2015).

O segundo arcabouço é a *teoria da dissonância cognitiva*. Ela sustenta que a coexistência de cognições dissonantes, por exemplo, a *crença internalizada* (“eu acredito em X”), e a *informação corretiva* (“a evidência mostra Y”), ocasiona um desconforto psicológico. A magnitude dessa dissonância é proporcional à importância das cognições envolvidas. Em tópicos de alta relevância identitária, a crença falsa é importante; portanto, a exposição à correção (uma cognição dissonante) é causa de um estado aversivo de alta magnitude. Para reduzir esse desconforto e restaurar a consistência interna, o sujeito é fortemente motivado a alterar o elemento dissonante menos resistente. De forma quase invariável, torna-se mais fácil rejeitar, distorcer ou evitar a nova informação (a correção) do que alterar a crença preexistente.

O terceiro arcabouço é justamente o *processamento motivado da informação*. Por meio dele, Zhou e Shen (2025) diferenciam explicitamente as motivações que guiam o processamento cognitivo. De um lado, há a *motivação para a acurácia* (*accuracy motivation*), o desejo de chegar a conclusões válidas e objetivamente corretas. De outro, há a *motivação para a defesa* (*defense motivation*), a tendência a manter e

confirmar atitudes e crenças que são congruentes com a autodefinição, os valores e a identidade do sujeito.

Os autores entendem que, em tópicos polarizados, a motivação para a defesa é ativada e suplanta a motivação para a acurácia. Jerit e Zhao (2020) aprofundam a análise, pois compreendem essa dinâmica como a dominância das *motivações direcionais*, isto é, o desejo de chegar a uma conclusão específica, sobre as motivações de acurácia. Para esses estudiosos, o processamento de informação política, por padrão, mobiliza o que chamam de “cognições quentes” (*hot cognitions*) que enviesam todo o raciocínio subsequente para confirmar o afeto inicial (Jerit; Zhao, 2020).

Ainda a esse respeito, tem-se que o mecanismo subjacente à motivação defensiva é o que Kahan (2017) denomina de *cognição protetora da identidade*. Nesse sistema, o raciocínio é utilizado como uma ferramenta para expressar lealdade ao grupo. Para o indivíduo, o custo social de estar factualmente “equivocado” sobre um tópico científico abstrato (como o clima) é funcionalmente nulo, mas o custo social de romper com as crenças de seu grupo de afinidade (o que inclui estranhamento e perda de apoio material e emocional) é existencialmente alto. Por conta disso, a motivação de defesa leva a um processamento seletivo e a uma amostragem enviesada de evidências e especialistas (Kahan, 2017), conclusão também levantada pelos autores resenhados.

Zhou e Shen (2025), contudo, assumem a posição de que a persistência da desinformação é uma persistência da crença factual internalizada. A esse respeito, Jerit e Zhao (2020) introduzem um desafio metodológico e conceitual: o fenômeno da *resposta expressiva*, ou “torcida partidária”. Essa noção questiona se os indivíduos, especialmente no contexto de pesquisas, estão relatando suas crenças factuais genuínas ou se estão, ao contrário, fornecendo intencionalmente a resposta “pró-partido” (mesmo sabendo que ela é factualmente incorreta) apenas para sinalizar identidade e solidariedade. Se a resposta expressiva for prevalente, as correções podem estar, de fato, funcionando (ou seja, atualizando a crença factual privada), mas falhando em alterar a expressão pública (a resposta na pesquisa). A expressão pública não tem como objetivo a acurácia, mas a solidariedade grupal (Jerit; Zhao, 2020; Kahan, 2017). Assim, o estudo de Zhou e Shen (2025) precisaria demonstrar que consegue distinguir a persistência da crença da persistência da *performance* identitária, o que não é claramente observado.

“Inoculation as a mitigation strategy” é o terceiro capítulo do livro. Ele apresenta a *teoria da inoculação psicológica* como uma tática fundamental para mitigar a desinformação (Zhou; Shen, 2025). Os autores baseiam-se em uma analogia com a imunização biológica: assim como uma vacina expõe o corpo a uma forma enfraquecida de um vírus para construir defesas, a inoculação psicológica expõe o indivíduo a argumentos contrários enfraquecidos, acompanhados de refutação, fortalecendo suas atitudes contra futuras tentativas de persuasão (Zhou; Shen, 2025).

A intervenção preventiva, que funciona como uma estratégia de *pré-bunking* (Zhou; Shen, 2025), é composta por dois elementos básicos: a *ameaça*, que conscientiza o indivíduo sobre a vulnerabilidade de suas crenças, motivando a defesa; e a *refutação preemptiva*, que fornece o material cognitivo necessário para se defender do ataque iminente (Zhou; Shen, 2025).

Os autores ressaltam que o *pré-bunking* é mais promissor do que as tentativas de correção posteriores (ou seja, o *debunking*), as quais são frequentemente ineficazes ou podem gerar o indesejado efeito *backfire*, reforçando as concepções errôneas no lugar de corrigi-las (Cook; Ecker; Lewandowsky, 2015). De fato, quando as correções entram em conflito com a ideologia ou a cosmovisão de um indivíduo, pode ocorrer um efeito *backfire* da cosmovisão, levando a uma adesão mais forte à informação incorreta. A importância de buscar estratégias para imunizar indivíduos contra a desinformação é um campo de pesquisa consolidado, sobretudo na comunicação em saúde, como afirmam Krishna e Thompson (2021). A urgência dessas contramedidas é acentuada durante emergências médico-sanitárias, nas quais a propagação de falsidades pode ter graves consequências, como a disseminação de conselhos perigosos, a exemplo da ingestão de alvejante para combater a covid-19 (Nascimento *et al.*, 2022).

A proposta de Zhou e Shen (2025) de construir resiliência cognitiva por meio da inoculação, tal como sugere a metáfora, reflete a importância do desenvolvimento de “vacinas cognitivas de amplo espectro” que se concentram no letramento sobre técnicas de manipulação em vez de argumentos específicos (Lewandowsky; van der Linden, 2021). Essa mudança visa aumentar a escalabilidade da intervenção, de maneira a educar as pessoas a reconhecerem táticas como ataques *ad hominem*, uso de linguagem emocional ou teorias conspiratórias, em vez de refutar cada notícia falsa isoladamente (Traberg; Roozenbeek; van der Linden, 2022).

Por fim, a conclusão da obra de Zhou e Shen (2025) reforça a ideia de que a persistência da desinformação é resultado direto do processamento enviesado e da motivação de defesa ativada quando as informações (corretivas e/ou científicas) desafiam crenças preexistentes. Como defendido pelos autores ao longo do manuscrito, indivíduos que demonstram crenças desinformativas avaliam as mensagens corretivas de forma mais negativa, preferindo a desinformação. Esse processamento motivado se manifesta em uma influência mais automática da desinformação, enquanto a informação científica exige um processo cognitivo mais esforçado (Zhou; Shen, 2025). A posição dos autores encontra ressalvas em parte da literatura, que argumenta que o impacto da desinformação pode ser exagerado, sugerindo que ela majoritariamente “prega para convertidos” (Altay; Berriche; Acerbi, 2023). Segundo essa ótica, a desinformação representaria apenas uma porção diminuta da dieta informativa das pessoas, e a maior parte do consumo e compartilhamento se concentraria em uma pequena minoria que já está predisposta a assimilar o conteúdo.

No entanto, questiona-se se a desinformação realmente prega substancialmente

para convertidos ou se seu alcance relevante se estende a não convertidos. Embora a desinformação seja amplamente consumida por aqueles que já concordam com ela, a capacidade da informação incorreta de se espalhar on-line mais rapidamente e de forma mais profunda do que a verdade, indica que, mesmo que os números sejam pequenos em relação ao ecossistema informativo total (Altay; Berriche; Acerbi, 2023), eles podem ter um impacto significativo no nível societal. Além disso, estudos de inoculação mostram que essa estratégia pode ser eficaz mesmo em questões altamente politizadas e controversas. Por exemplo, intervenções de inoculação contra a desinformação climática se mostraram eficazes em conferir resistência, independentemente das atitudes prévias do público, incluindo aqueles com atitudes positivas, neutras e negativas (Lewandowsky; van der Linden, 2021). No entender deste resenhista, isso evidencia que o alcance da desinformação não é estritamente limitado aos convertidos, e o pré-*bunking* atua como uma ferramenta para proteger também os não convertidos da influência persuasiva.

Um desafio importante para a inoculação é a longevidade de seus efeitos. Ainda que o efeito da intervenção seja forte imediatamente após a exposição, ele tende a diminuir ao longo do tempo. De acordo com Maertens *et al.* (2021), os efeitos positivos da inoculação podem ser mantidos por pelo menos três meses se houver avaliações regulares, as quais funcionam como “doses de reforço” (*booster shots*). Sem esses reforços periódicos, entretanto, os efeitos tendem a se dissipar em cerca de dois meses. A ideia é que essas sessões de reforço ou testes regulares protegem contra a interferência e o esquecimento, fortalecendo a representação da memória das técnicas de manipulação aprendidas. A inoculação, por conseguinte, não é somente uma vacina de dose única, já que requer reforço contínuo para sustentar a resistência psicológica contra a desinformação (Traberg; Roozenbeek; van der Linden, 2022).

O leitor poderá notar que a obra de Zhou e Shen (2025) apresenta uma contribuição de mérito para o campo dos estudos da desinformação, partindo do diagnóstico do problema em direção à prescrição de uma possível solução dele. O principal feito do trabalho repousa manejo de um referencial que sintetiza a teoria do julgamento social, a teoria da dissonância cognitiva e o processamento motivado da informação, modelos explicativos oriundos de uma perspectiva sociocognitiva. Por meio dessa integração, os autores buscam lançar luz sobre os processos psicológicos e psicossociais que sustentam a permanência da influência de conteúdos fraudulentos. Essa organização confere uma bem-vinda clareza teórica a uma seara de estudo por vezes fragmentada. Portando relativa densidade teórica e grande concisão, o volume destina-se, prioritariamente, a pesquisadores acadêmicos e estudantes de pós-graduação nas áreas de comunicação social, psicologia social e saúde coletiva.

Não obstante o rigor teórico-metodológico apresentado por Zhou e Shen (2025), acredita-se que o pronunciado foco nos processos cognitivos de nível individual pode representar uma limitação ao não incorporar plenamente as dimensões sociais e

interpessoais da polarização de crenças. A visada de Zhou e Shen (2025) descreve com precisão os mecanismos intrapsíquicos, tratando o processamento enviesado como uma resposta à dissonância ou à discrepância da mensagem. Esse enquadramento, porém, é insuficiente, pois negligencia os fatores que ativam e direcionam esses mesmos vieses. A desinformação raramente se desenvolve em um vácuo social; ela é, em geral, a principal munição em um conflito de identidades.

Nessa linha, o processamento cognitivo parece-nos fortemente dependente de determinações psicossociais. O trabalho de Kahan (2017) sobre a cognição protetora da identidade importa para essa compreensão. O argumento desse autor sustenta que a cultura e a afiliação grupal são cognitivamente anteriores à avaliação factual. A persistência da desinformação não seria, por conta disso, resultado do prejuízo no raciocínio individual, mas um sucesso adaptativo desse raciocínio em proteger o status do indivíduo no interior de seus grupos de afinidade.

Esse mecanismo tem implicações diretas para a solução proposta por Zhou e Shen (2025), qual seja, a inoculação psicológica. A inoculação depende de um processamento sistemático ou central para construir defesas lógicas contra-argumentos falaciosos. Kahan (2017), entretanto, demonstra que sujeitos com maior capacidade analítica são, paradoxalmente, os mais polarizados em temas identitários. Eles utilizam sua capacidade cognitiva não para discernir a verdade, mas para encontrar justificativas mais sofisticadas para a posição que sua identidade exige. A inoculação, nesse contexto, seria apenas mais uma informação a ser processada de forma enviesada.

Somando-se ao fator identitário, não se pode deixar de mencionar o gatilho interacional. Zhou e Shen (2025) valem-se sobretudo de um modelo intrapsicológico, mas a polarização é um fenômeno mobilizado socialmente. Pesquisas sobre deliberação em grupo, como as de Wojcieszak (2011), sugerem que a simples percepção de desacordo em ambientes heterogêneos é suficiente para exacerbar posições extremas preexistentes. A desinformação, à medida que favorece um ambiente de contestação, opera como o disparador desse mecanismo interacional.

As observações de Zhou e Shen (2025) também soam limitadas em sua concepção da natureza da falsidade internalizada. A obra trata a desinformação como uma "atitude" ou "crença" incorreta que necessita de correção. Todavia, investigações sobre o efeito da desinformação apontam que o fenômeno é mais profundo, atingindo a própria arquitetura da função da memória no ser humano (Pickrell; Bernstein; Loftus, 2004). A memória humana é fundamentalmente reconstrutiva: informações enganosas recebidas após um evento não apenas competem com a memória original; elas podem alterá-la ou sobrescrevê-la. Parece ser possível, inclusive, implantar memórias autobiográficas inteiramente falsas (Pickrell; Bernstein; Loftus, 2004). Fato é que, se a desinformação não é processada tão somente como uma crença, mas internalizada como uma experiência (uma memória), ela pode se tornar relativamente

imune à refutação factual, base da estratégia de inoculação.

Mesmo que o problema seja tratado no nível atitudinal, a estratégia de correção é relativamente arriscada, no entender deste resenhista. O efeito *backfire* (em português, “ tiro pela culatra”), abordado por autores como Cook, Ecker e Lewandowsky (2015), denuncia que as tentativas de refutação das informações fraudulentas podem fortalecer a crença original. Isso ocorre quando a correção ameaça uma visão de mundo. A refutação é interpretada não como dados, mas como um ataque identitário (Kahan, 2017), mobilizando os mecanismos de defesa que Zhou e Shen (2025) identificam satisfatoriamente.

Afinal, aponta-se como limitação do trabalho de Zhou e Shen (2025) seu foco exclusivo nos crentes na desinformação. O livro trata pouco do prejuízo sistêmico que a desinformação causa àqueles que não acreditam nela: os não convertidos. Embora Altay e colaboradores (2023) indiquem que o pânico moral sobre a prevalência da desinformação possa ser superestimado, esta não é a posição do resenhista, que acredita no impacto direto e profundo das informações fraudulentas na orientação cognitiva e das práticas sociais dos sujeitos a elas submetidos. Defende-se que o dano sistêmico não é apenas converter alguns, mas poluir o ecossistema informacional para todos. Atualmente, convertidos e não convertidos são expostos a um fluxo incessante de falsidades e, de maneira cada vez mais relevante, às chamadas “alucinações algorítmicas” plausíveis geradas pelo uso incauto da inteligência artificial generativa (Monteith *et al.*, 2024). Mesmo tendo se aperfeiçoado nos últimos anos, esses modelos de linguagem amplos (LLMs) ainda produzem, em escala massiva, informações factualmente incorretas, porém com aparência de autoridade e, muitas vezes, sem apresentar fontes rastreáveis.

Diante de um ecossistema no qual a verificação de fatos se torna cognitivamente exaustiva, a defesa racional adotada pelos “céticos” pode ser cinismo generalizado. Para evitar a falsidade, passa-se a desconfiar de todas as fontes, incluindo as institucionais, científicas e midiáticas legítimas. Tal cinismo conduz ao desengajamento epistêmico. Nesse momento, quando recuam no consumo de informação para se protegerem, esses “céticos” deixam de absorver também as informações checadas e validadas. Eles se transformam, irônica e efetivamente, nos “desinformados” a que se referem Altay, Berriche e Acerbi (2023).

Vê-se, então, que a desinformação paralisa epistemicamente ambos os grupos: os crentes e os incrédulos. À medida que negligencia, em certo grau, o segundo grupo, Zhou e Shen (2025) deixam de capturar a real dimensão do prejuízo. A obra, por isso, projeta-se como uma necessária fundação para os processos intrapsíquicos da desinformação, mas investigações futuras devem integrar esse modelo cognitivo às dinâmicas de identidade social (Kahan, 2017; Wojcieszak, 2011), à natureza reconstrutiva da memória (Pickrell; Bernstein; Loftus, 2004) e aos desafios sistêmicos de um ambiente informacional poluído (Altay; Berriche; Acerbi, 2023) e

tecnologicamente alterado (Monteith *et al.*, 2024).

Notas

[1] O caso remonta a um estudo fraudulento de 1998, liderado pelo ex-médico britânico Andrew Wakefield e publicado na prestigiosa revista científica *The Lancet*. O artigo sugeria uma ligação causal entre a vacina tríplice viral (MMR: sarampo, caxumba e rubéola) e o desenvolvimento de autismo em crianças. A publicação foi completamente retratada e Wakefield teve sua licença médica cassada após investigações revelarem manipulação de dados, conflitos de interesse financeiros não declarados e graves falhas éticas e metodológicas.

[2] Mensagens contra-atitudeis são aquelas que veiculam posições, argumentos ou informações que se opõem a ou contradizem as crenças, atitudes e valores preexistentes de um indivíduo. A exposição a tais mensagens tende a ocasionar dissonância cognitiva, levando o receptor a engajar-se em um processamento defensivo da informação, como a desqualificação da fonte ou a geração de contra-argumentos, a fim de proteger sua posição original (Lord; Ross; Lepper, 1979; Wojcieszak, 2011; Zhou; Shen, 2025).

Resenha submetida em 20/08/2025 e aceito em 16/12/2025.

Referências

ADAMS, Z. *et al.* (Why) is misinformation a problem? **Perspectives on Psychological Science**, Thousand Oaks, v. 18, n. 6, p. 1436-1463, 2023.

ALTAY, S.; BERRICHE, M.; ACERBI, A. Misinformation on misinformation: conceptual and methodological challenges. **Social Media + Society**, Thousand Oaks, v. 9, n. 1, p. 1-13, 2023.

COOK, J.; ECKER, U.; LEWANDOWSKY, S. Misinformation and how to correct it. In: SCOTT, R.; KOSSLYN, S. (ed.). **Emerging trends in the social and behavioral sciences**. Hoboken (Estados Unidos da América): John Wiley & Sons, 2015. p. 1-17.

JERIT, J.; ZHAO, Y. Political misinformation. **Annual Review of Political Science**, [s. l.], v. 23, p. 77-94, 2020.

KAHAN, D. M. **Misconceptions, misinformation, and the logic of identity-protective cognition**. New Haven (Estados Unidos da América): Yale Law School, 2017. (Cultural Cognition Project Working Paper Series, n. 164; Yale Law School, Public Law Research Paper, n. 605; Yale Law & Economics Research Paper, n. 575). Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2973067. Acesso em: 15 nov. 2025.

KRISHNA, A.; THOMPSON, T. L. Misinformation about health: a review of health communication and misinformation scholarship. **American Behavioral Scientist**, Thousand Oaks, v. 65, n. 2, p. 316–332, 2021.

LEWANDOWSKY, S.; VAN DER LINDEN, S. Countering misinformation and fake news through inoculation and prebunking. **European Review of Social Psychology**, London, v. 32, n. 2, p. 348–384, 2021.

LORD, C. G.; ROSS, L.; LEPPER, M. R. Biased assimilation and attitude polarization: the effects of prior theories on subsequently considered evidence. **Journal of Personality and Social Psychology**, [s. l.], v. 37, n. 11, p. 2098–2109, 1979.

MAERTENS, R. *et al.* Long-term effectiveness of inoculation against misinformation: three longitudinal experiments. **Journal of Experimental Psychology: Applied**, Washington, D. C., v. 27, n. 1, p. 1–16, 2021.

MELLO, M. R. G.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Desinformação, verdade e pós-verdade: reflexões epistemológicas e contribuições de Piaget. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 108–127, 2021.

MONTEITH, S. *et al.* Artificial intelligence and increasing misinformation. **The British Journal of Psychiatry**, [s. l.], v. 224, p. 33–35, 2024.

NASCIMENTO, I. J. B. *et al.* Infodemics and health misinformation: a systematic review of reviews. **Bulletin of the World Health Organization**, Genève, v. 100, n. 8, p. 544–561, 2022.

NEWMAN, N. *et al.* **Digital news report 2025**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2025.

PICKRELL, J. E.; BERNSTEIN, D. M.; LOFTUS, E. F. Misinformation effect. *In*: POHL, R. F. (org.). **Cognitive illusions: a handbook on fallacies and biases in thinking, judgement and memory**. New York: Psychology Press, 2004. p. 345–361. Disponível em: <https://slink.com/xCnZa>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SANTOS-D'AMORIM, K.; MIRANDA, M. K. F. Misinformation, disinformation, and malinformation: clarifying the definitions and examples in disinfodemic times. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 26, p. 1–23, 2021.

TRABERG, C. S.; ROOZENBEEK, J.; VAN DER LINDEN, S. Psychological inoculation against misinformation: current evidence and future directions. **ANNALS**, AAPSS, Thousand Oaks, v. 700, n. 1, p. 136–151, 2022.

WOJCIESZAK, M. Deliberation and attitude polarization. **Journal of Communication**, Hoboken, v. 61, n. 4, p. 596–617, 2011.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global risks report 2025**. Genève: World Economic Forum, 2025.

ZHOU, Y.; SHEN, L. **Persistence of misinformation**: biased cognitive processing and polarization. New York: Cambridge University Press, 2025. 66 p. ISBN: 978-1-009-56534-9.

ZHU, B. *et al.* Individual differences in false memory from misinformation: cognitive factors. **Memory**, [s. l.], v. 18, n. 5, p. 543-555, 2010.